

MOVIMENTO PARA O APROFUNDAMENTO DE DEMOCRACIA

JORNADAS PROJECTAR ABRIL - 1984.85



F A S E S	PERÍODOS PREVISTOS	POLOS DE LANÇAMENTO DE INICIATIVAS	TEMAS E SEU ENQUADRAMENTO
1ª. FASE	ABRIL	LISBOA	A VERTENTE CULTURAL 8/ABRIL: Domingo cultural desdobrado em duas sessões: Cinema Quarteto (Cinema Português no Pós-25 de Abril e Voz do Operário = Canções e testemunhos Intervenção de Maria de Lurdes Pintasilgo
	MAIO	LISBOA	8/MAIO: Noite cultural: Concerto de Maria João Pires, no Coliseu dos Recreios
	OUTUBRO	SETUBAL	14/OUTUBRO: Sessão pública sobre os temas: "Descentralização Cultural" "Descentralização ao Nível da Comunicação Social"
2ª. FASE	JUNHO	PORTO	A VERTENTE POLITICA 22/JUNHO: Sessão-debate sobre "Democracia e a Estrutura do Estado" com o objectivo de identificar um conjunto de referências sobre os grandes princípios que deverão nortear a renovação e a reformulação do sistema político português. Oradores: Lurdes Pintasilgo, Manuel dos Santos, Melo Antunes, Rui Namorado
	JULHO	PORTO	20/JULHO: Sessão-debate sobre "Democracia e Estrutura do Estado - 2ª. parte - Para a Renovação do Sistema Político. Oradores: Salgado Zenha; Medeiros Ferreira; Carlos Lilaia, Alberto Martins
3ª. FASE	JUNHO	BRAGA	A VERTENTE ECONOMICO-SOCIAL 29/ JUNHO: Colóquio-debate sobre "o Minho e alguns dos seus problemas": educação, cultura, desenvolvimento, agricultura e mundo operário Participantes: Cabral Ferreira, Joaquim Azeredo, Helena Policarpo
	OUTUBRO	SETUBAL	15/OUTUBRO: Sessão pública sobre as implicações do PEN (plano energético nacional) na região de Setubal
	NOVEMBRO	PORTO/LISBOA	30/NOVEMBRO: Painel/Seminário sobre Democracia e Desenvolvimento: planeamento das regiões com base nos seus recursos materiais e humanos, integrando as formações sociais e culturais como agentes de um processo; enfoque do sector empresarial do Estado e dos grandes grupos económicos na perspectiva da identificação dos sectores estratégicos para um processo de mutação em Portugal
4ª. FASE	1ª. TRIMESTRE DE 1985	COIMBRA  LISBOA (ou PORTO)	A VERTENTE SOCIAL (*) 19/JAN.: Plenário nacional de grupos e sectores, visando o levantamento das expressões orgânicas da sociedade civil, questionar as respectivas práticas e correlacioná-las. (*) 16/MAR.: Painel sobre a Administração Pública Portuguesa, considerando esta como agente importante na difusão ideológica dos sistemas políticos e determinante na viabilização de transformações a curto e médio prazos.  (*) A confirmar



**ALTERNATIVA E NÃO ALTERNÂNCIA** Há que perguntar que outros vias se impõe percorrer para tornar viável a construção, não da alternância de forças - que alguns confundem com alternativa - mas da alternativa programática capaz de mobilizar todos os que desejam um futuro melhor para o povo português?

**MOVIMENTO - MOVIMENTO POLÍTICO** O Movimento para o Aprofundamento da Democracia é um movimento de alcance político. Não há que negá-lo; há que assumi-lo de forma clara e inequívoca.

Fazê-lo é reafirmar que "a política é de todos e de todos os dias", é dizer que toda a prática social efectiva é susceptível de se globalizar numa perspectiva mais ampla e mais integrada.

É simultaneamente recusar a forma hegemónica como a articulação do político com o social, o económico e o cultural se tem vindo a processar no nosso País?

**EQUACIONAR SOLUÇÕES** É nosso propósito esboçar tantas hipóteses para equacionar os problemas do País quantas nos forem possível, no confronto saudável e necessário gerado pela diversidade das nossas competências e experiências profissionais?

**DIGNIFICAR A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA** Paralela e simultaneamente, com o reforço dos mecanismos de participação directa, interessa-nos ter parte activa na configuração de novos modelos e práticas de funcionamento das instituições da democracia representativa que a Constituição define?

Face à progressiva deterioração da prática parlamentar, transformada na sua maioria em caixa de ressonância das decisões e opiniões governamentais, procurará o Movimento para o Aprofundamento da Democracia contribuir, através dos meios que estiverem ao seu alcance, para a dignificação da democracia representativa.

**REORDENAR AS FORÇAS POLÍTICAS** Não se trata só de denunciar os logros do vero formalismo democrático, ou de clamar contra a crescente partidarização das grandes questões de interesse nacional. Trata-se sim de contribuir para o urgente re-ordenamento das forças políticas. Trata-se de conseguir que esse re-ordenamento se faça não à volta de mitos ideológicos esvaziados de significado, mas sim em torno de valores e de processos portadores de novos horizontes para a sociedade portuguesa.

Face ao debate já aberto com as eleições presidenciais de 1985 e à forma como a partir dele se pretendem escamotear os problemas do presente, o Movimento para o Aprofundamento da Democracia não deixará de ter a intervenção adequada ao seu modo próprio de se situar na vida política.

**AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS** O Movimento para o Aprofundamento da Democracia não se vê como rampa de lançamento para qualquer candidatura. Cabe-lhe antes contribuir para a clarificação da componente presidencial do regime, quer apontado para as zonas em que o alargamento dos poderes presidenciais parece imperativo, quer explicitando o que, na actual estrutura da lei fundamental, contém virtualidades de intervenção que ainda não foram actualizadas.

**PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO** Propomo-nos contribuir para todo o processo de desenvolvimento que se queira, à partida, auto-centrado quanto aos objectivos e auto-suficiente quanto aos recursos.

Por isso destacamos, face às condições actuais da sociedade portuguesa, o primado da plena valorização dos recursos humanos e a importância da utilização integrada dos nossos próprios recursos.

Face ao problema do desemprego, reafirmamos que a nossa óptica não é de modo algum, a da criação artificial de postos de trabalho em actividades socialmente inúteis ou confluente a maior dependência económica. Consideramos o trabalho em actividades socialmente úteis a expressão da dignidade da pessoa humana que é também direito de cidadania. Face à inadequada utilização dos recursos materiais, afirmamos a nossa convicção de uma "política de austeridade" sentida a juzante por cada um de nós, tem também como causa, a montante, uma "economia de desperdício" que delapida o nosso património e ignora as nossas potencialidades.

**DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA EXTERNA.** "O exemplo mais claro da ligação entre democracia e desenvolvimento encontra-se nos vínculos de ordem económica que os poderes públicos têm criado e na dependência externa em que nos colocam, violando a capacidade de decidirmos livremente o nosso próprio destino.

Pela segunda vez em menos de 6 anos, Portugal recorreu aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional. E fá-lo no próprio momento em que órgãos internacionais insuspeitos - como o Conselho de Interação de ex-Chefes de Governo - apelam a um período de moratória para a dívida externa dos países mais pobres e denunciam o facto de que os países devedores são conduzidos à paradoxal situação de estímulos a contribuir para colmatar o défice interno do Estado dos países ricos."

**O FMI** "Não é esta situação indiferente às linhas-mestras do Movimento para a Democracia. Pensar globalmente é para nós um imperativo ético. E tal imperativo obriga-nos a afirmar que, se Portugal não for capaz de equacionar os problemas da sua sobrevivência económica em termos mundiais, como parte de uma injusta distribuição da riqueza e do trabalho, pouco poderá fazer por si próprio. Importa que Portugal, fazendo coro com os países que recorrem ao Fundo Monetário Internacional, se situe na justa defesa dos seus interesses: obrigar o FMI a respeitar "as metas e condições do desenvolvimento social e económico dos países a quem concede empréstimos".

**ADESÃO À CEE** "O outro vínculo económico é o que se refere ao pedido de adesão de Portugal à CEE. A adesão à CEE foi apresentada ao povo português como "um grande designo nacional", como uma "redescoberta da identidade nacional", como "a prioridade das prioridades".

Tendo entre as suas linhas de orientação " a procura de novos paradigmas", o Movimento para o Aprofundamento da Democracia vê no processo de adesão à CEE tal como tem vindo a ser conduzido, a submissão a paradigmas já ultrapassados na Europa com a consequente subordinação das prioridades de produção em Portugal às necessidades dos países ricos, deixando na sombra as verdadeiras prioridades das empresas portuguesas e das necessidades da população portuguesa.

Pela confiança que depositamos na riqueza dos nossos recursos humanos e pelo respeito que nos merece a nossa história, não aceitamos que a nossa identidade nacional venha até nós por força da imposição de modelos alheios.

Está afinal em causa o grau de autonomia e de afirmação que queremos ter na comunidade das nações.

Somos iniludivelmente europeus mas, como tais, não temos a nossa "cidadania" europeia condicionada pelos mecanismos próprios a organizações de cooperação económica."

**OUTRA ORIENTAÇÃO PROGRAMÁTICA PARA A ACTUAL POLÍTICA** Há na vida portuguesa outras formas de viver a vida política, de articular a vida política com a vida social. Há na Constituição da República linhas de força do regime que requerem corajosa e lúcida interpretação.

Há na sociedade portuguesa experiências e reflexão capazes de emprestar à acção política outra orientação programática.

Mas nenhuma destas coordenadas pode, só por si, resolver o estrangulamento político que nos encontramos. É na sua inter-ligação que podem ser encontradas soluções e descobertos novos caminhos."